

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:
APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA PRÁXIS ESCOLAR

Nome: Raquel Almeida Moreira
Nº de Matrícula: 112790042C
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

RAQUEL ALMEIDA MOREIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:
APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA PRÁXIS ESCOLAR**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Ms. Rodrigo Geraldo Mendes

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moreira, Raquel Almeida.

Educação Inclusiva à luz da perspectiva interseccional : apontamentos para a democratização da práxis escolar / Raquel Almeida Moreira. – 2019.

31 f.

Orientador: Rodrigo Geraldo Mendes

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Educação Inclusiva. 2. Interseccionalidade. 3. Intervenção pedagógica. 4. Ensino democrático. I. Mendes, Rodrigo Geraldo, orient. II. Título.


RAQUEL ALMEIDA MOREIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

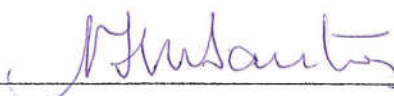
Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: 25/05/19

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Rodrigo Geraldo Mendes - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora/UAB



Prof.^aDr.^a Núbia Aparecida Schaper Santos - Avaliadora
Universidade Federal de Juiz de Fora/UAB



Prof. Ms. Alan Willian de Jesus - Avaliador
Universidade Federal de Juiz de Fora/UAB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Martha Almeida Moreira, sentido e razão de ser de todas minhas conquistas, pelo privilégio de tê-la como mãe e exemplo – na práxis, não apenas no discurso – de tudo que é possível saber sobre respeito, diversidade, empatia, empoderamento, autonomia, equidade, justiça social... dentre muitos outros elementos que embora hoje estude formalmente como “conceitos acadêmicos”, há muito já havia aprendido como “preceitos”, valores, ao longo de minha vivência e eterno aprendizado com ela.

Agradeço ao meu orientador e à todxs xs professorxs, tutorxs e coordenadorxs que compartilharam seu tempo, conhecimentos e vivências, consolidando meu aprendizado ao longo do curso. Agradeço às professoras e a diretora que tão carinhosamente me receberam em sua escola para a realização do meu projeto de intervenção. Por fim, agradeço em especial às/aos minhas/meus alunxs e ex-alunxs pelas trocas, inspirações, motivações e aprendizados com os quais me presenteiam diariamente.

RESUMO

O presente artigo apresenta a formulação, desenvolvimento e relatório de um projeto de intervenção, no âmbito da “Educação Inclusiva”, desenvolvido com uma turma de 5º Ano do Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora, localizada no estado de Minas Gerais. Sob a percepção de que a perspectiva da “Educação Inclusiva” enseja diversas possibilidades de democratização do ensino, mediante a ressignificação do olhar para a diferença, da valorização da diversidade social e desenvolvimento das potencialidades e autonomia discentes, bem como que ainda há certo desconhecimento e permanência de concepções errôneas sobre a própria noção de “Educação Inclusiva” e/ou sobre certos grupos sociais no âmbito escolar; objetivamos com esta intervenção abordar a temática de maneira dinâmica, lúdica e acessível as/aos estudantes, de modo a promover maior conscientização quanto a amplitude e contribuições de tal perspectiva. Dentre os objetivos da intervenção, reside o intento de analisar a “Educação Inclusiva”, tal qual observado por Bueno (1999), Mantoan (2003), Deimling & Moscardini (2012), Potvin (2012), dentre outros, não apenas como algo exclusivamente ligado à questão da deficiência, posto que trata-se de uma mudança de paradigma que visa implementar profundas mudanças no contexto educacional em prol da equidade, a fim de que este possa ser efetivamente humanizado, democrático e inclusivo para todos os indivíduos, independente de seus marcadores sociais. Além disso, procedemos à uma abordagem interseccional do tema, ou seja, que analisa tais marcadores sociais que influenciam a trajetória dos indivíduos não de maneira isolada e desconexa, mas em suas inter-relações, estimulando reflexões acerca dos diferentes impactos que exercem sobre as/os discentes, atentando para multiplicidade de demandas pedagógicas que cada contexto educacional apresenta.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Interseccionalidade. Intervenção Pedagógica. Ensino Democrático.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO.....	7
2) JUSTIFICATIVA.....	10
3) OBJETIVOS.....	16
3.1 – Objetivo geral.....	16
3.2 – Objetivos específicos.....	16
4) METODOLOGIA.....	17
5) RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO..	18
6) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXOS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o desconhecimento que ainda hoje atinge alguns contextos escolares quanto à temática da “Inclusão”, bem como a recorrência de estereótipos associados à “Educação Inclusiva” que por exemplo limitam-na exclusivamente à pessoas com deficiência – quanto esta na verdade relaciona-se à uma mudança de paradigma que visa a efetiva inclusão educacional de todos os indivíduos independente de seus marcadores sociais, como deficiência, classe, cor, gênero etc. – o presente projeto de intervenção trata-se de uma tentativa de promover o debate e a conscientização da comunidade escolar quanto à perspectiva da Educação Inclusiva e suas contribuições para a real democratização do espaço escolar.

Nesse sentido, optamos pela abordagem da temática sob o viés da interseccionalidade, para que a comunidade escolar possa de maneira geral, ampliar sua perspectiva quanto à diversidade social, não se atendo apenas à uma característica do indivíduo, mas sim à sobreposição e inter-relação de diversos marcadores sociais que permeiam sua identidade e influenciam sua trajetória. Deste modo, esperamos contribuir para a valorização e respeito à diversidade, para a mudança de paradigmas, superação de preconceitos e estereótipos negativos associados em especial à pessoas com deficiência e diversas minorias políticas, agindo portanto, no sentido de superar as muitas barreiras atitudinais que ainda hoje, em muitos contextos, se impõem à efetivação da inclusão escolar.

Destarte, o presente artigo apresenta além da identificação da situação problema, sua descrição, justificativas e objetivos, também o relatório detalhado do desenvolvimento da intervenção pedagógica, que ocorreu em um dia letivo integralmente dedicado à temática, em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, no ano vigente. Objetivando uma abordagem lúdica, dinâmica e dialógica da temática, a intervenção contou com “rodas de conversa”, dinâmicas, debates, contação de história, dentre outros elementos a serem melhor descritos no decorrer deste artigo.

Partindo do princípio de que, tal qual nos elucidou Mantoan (2003, p.16), a Educação Inclusiva não está limitada exclusivamente à inclusão de pessoas com deficiência, posto que a “inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos

com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”, ou seja, relaciona-se portanto à uma verdadeira ressignificação do espaço escolar, para que uma vez efetivamente apto à abarcar a diversidade social vigente este seja democrático e possa ser enfim inclusivo para todos os indivíduos independente de seus marcadores sociais – como classe, gênero, etnia/raça, orientação sexual etc. – intencionamos com o presente projeto de intervenção conscientizar a comunidade escolar quanto a tal perspectiva, para que promovam-se mudanças atitudinais capazes de superar os preconceitos e opressões reproduzidos no contexto escolar, para que a equidade e a justiça predominem e assim supere-se a exclusão escolar, pois

Se o conceito da abordagem inclusiva foi, durante muitos anos, quase exclusivamente associado à integração escolar de crianças deficientes, ele faz, portanto, referência a uma abordagem sistêmica fundada na equidade, na diversidade e na justiça social. Uma abordagem implantada pelos praticantes, que assumem como missão a realização do potencial de todos os aprendizes considerando as necessidades individuais específicas. (POTVIN, 2012, p. 186).

Em consonância com a abordagem que pretendemos neste projeto de intervenção, Potvin (2012) nos elucida ainda, ao analisar os princípios de ação da abordagem inclusiva, que como demonstrado, esta não se atenta apenas à categoria “deficiência”, mas visa considerar uma vasta gama de questões socioculturais e “zonas de vulnerabilidade” que são “próprias a cada sistema escolar e à historicidade de cada sociedade, que seja, os tipos de relações de poder e de marcas de desigualdade (língua, sexo, deficiência, religião, origem étnica, etc.).” (POTVIN, 2012, p. 187).

Nesse sentido, tendo em vista que além de militante pelos Direitos Humanos, também me identifico com a corrente Interseccional do Movimento Feminista, ao me dedicar mais profundamente à questão da Educação Inclusiva, percebi a possibilidade da abordagem interseccional, cada vez mais em voga nos meandros acadêmicos, poder contemplar de maneira mais abrangente também a questão da Inclusão, pois parece-me imprescindível, no que tange a diversidade social, que consideremos não apenas uma categoria social do indivíduo, mas sua identidade como um todo, seus múltiplos marcadores sociais e consequentemente, as intersecções entre eles e as diversas opressões que podem incorrer sobre o indivíduo e dificultar sua inclusão social. Portanto, a respeito da escolha desta abordagem, corroboramos com a concepção de Perpétuo, quando a autora destaca que

A abordagem interseccional nos traz questões sobre como o encontro destes diferentes fatores/categorias/marcadores sociais, inferem direta/indiretamente no contexto de cada sujeito e/ou grupo e como estes agem sobre os mesmos, permitindo assim também buscar refletir de que forma se dá esta articulação (gêneros,

raça/etnia, classe social, idade, moradia, corpo), visto que as mesmas não se dão de modo isolado e estanque, nem excluem outras categorias possíveis de produzir desigualdades, revelando assim múltiplas formas de desigualdade social, repressão e poder. (PERPÉTUO, 2017, p. 5).

Sob esta perspectiva, visamos promover na comunidade escolar, um debate de viés interseccional sobre a Educação Inclusiva, para tanto nos inspirando em pesquisas inovadoras como a de Farias (2017, p. 14), que como nós, identifica certa escassez de pesquisas envolvendo por exemplo a articulação entre gênero e deficiência. A autora dedicou-se então a analisar de que modo a desigualdade não apenas capacitista, mas também em sua intersecção com a de gênero, se evidencia nas trajetórias de mulheres com deficiência, destacando que

Nesse sentido, estou ciente de que, atualmente, discutir gênero implica pensar as múltiplas formas de relações de poder entre os gêneros e intra-gênero. [...] Implica ainda reconhecer que as desigualdades de gênero que afetam as mulheres se interseccionam com outras relações de desigualdade, as quais são potencializadas, por exemplo, pela condição da deficiência. (FARIAS, 2017, p.15).

Deste modo, considerando a importância de enfatizar a Educação Inclusiva como uma perspectiva que agrega contribuições pedagógicas não apenas no que tange a questão da deficiência, mas à abordagem da diversidade social como um todo, somada à constatada escassez de pesquisas sobre a temática que o fazem sob o viés da interseccionalidade; objetivando promover a consciência quanto ao modo como se sobrepõem as opressões sociais que afetam os indivíduos no contexto escolar desenvolvemos o presente projeto de intervenção a fim de contribuir com o debate e principalmente promover mudanças de perspectivas, quebras de paradigmas e a ressignificação do espaço escolar em prol da valorização da diversidade social e da inclusão de todos os indivíduos.

Este projeto de intervenção consiste, portanto, em uma tentativa de promover o debate e a tomada de consciência quanto ao conceito amplo de Educação Inclusiva, que deste modo mais do que levar em conta apenas a inclusão de pessoas com deficiência, promova o debate quanto a diversidade social, o respeito às diferenças e a Inclusão Educacional efetiva de todos os indivíduos independente de seus marcadores sociais, bem como fazê-lo sob um viés interseccional, isto é, considerando estes não de forma isolada, mas atentando para como se acumulam as múltiplas opressões que podem recair sobre os sujeitos, buscando caminhos para a superação de preconceitos e marginalizações e a supracitada ressignificação do espaço escolar para que este esteja apto a abarcar a diversidade social; aspecto imprescindível à Inclusão e deste modo, à efetiva democratização da práxis escolar.

2 JUSTIFICATIVA

Ao longo de minha experiência enquanto discente, bem como, sob outra perspectiva e de maneira mais proeminente ao longo do exercício da docência na Rede Pública, pude observar – bem como não apenas assistir passivamente, mas principalmente, como acredito ser a obrigação de qualquer educadora, me impor contra cada uma delas – lamentavelmente, no âmbito escolar, diversas formas de opressão, discriminações, preconceitos, marginalizações e estigmas, tanto por parte de alunxs¹, quanto de (pseudo) educadorxs, contra pessoas com deficiência. Mas não apenas contra elas. Infelizmente, apesar dos avanços de políticas “inclusivas” no que tange questões étnico-raciais e de gênero por exemplo, ainda existem em diversas escolas, a permanência do racismo e machismo, dentre outras formas de opressão.

Deste modo, coexistem por vezes nas escolas, o capacitismo – preconceito contra pessoas com deficiência – o machismo, racismo, LGBTTIQfobia, xenofobia, discriminação em função da classe econômica, dentre outros preconceitos. Por conseguinte, tenho buscado constantemente me capacitar no sentido de viabilizar um maior enfrentamento às opressões de toda ordem, buscando caminhos de ressignificar minha própria práxis pedagógica, visando contribuir para que a instituição escolar seja efetivamente um espaço democrático e portanto, lócus de reconhecimento e valorização da diversidade, não de seu demérito.

Destarte, observei na oportunidade de cursar uma especialização em Educação Inclusiva – que em minha concepção, justamente por objetivar a ressignificação do contexto escolar em prol da valorização de todos os indivíduos, independente de seus marcadores sociais, constitui tremendo avanço no sentido da democratização do ensino – de certo uma chance inestimável de ampliar meus conhecimentos acerca da deficiência. Entretanto, tendo em vista não ser um curso de “Educação Especial” (não sendo portanto exclusivamente ligado à questão da deficiência) optei pelo curso frente à percepção também da oportunidade de, tal

¹ A opção pela utilização deste tipo de escrita ao invés da tradicional prática de empregar termos exclusivamente no masculino deve-se ao intento de tornar um artigo que aborda a temática da “Inclusão”, também inclusivo em sua própria grafia, neste caso, objetivando uma linguagem pró-equidade de gênero. O debate sobre escritas generificadas é extenso, tal qual as reflexões sobre a melhor maneira de se escrever de modo não sexista, inclusivo. Assumindo que o uso de “x”, seja como as demais alternativas, corretamente passível de críticas, justificamos o seu uso no presente artigo, em função de que não gostaríamos de nos limitar ao uso de “a/o” por compreender que esta opção reforça o binarismo de gênero, não representando a ampla variedade de identidades de gênero existente na sociedade. Como sugestão de pesquisa introdutória sobre o tema, indico o “Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende” (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

qual efetivamente fizemos ao longo deste, expandir meus conhecimentos também em relação à superdotação e altas habilidades, acerca de novas perspectivas educacionais, novos paradigmas.

Do mesmo modo, o curso destacou-se também como uma oportunidade de acessar diversos outros conhecimentos imprescindíveis à transformação escolar em prol de uma educação humanizada e democrática, tais como a importância de uma gestão democrática, de um PPP (Projeto Político Pedagógico) bem fundamentado, do diálogo e trabalho coletivo de toda a comunidade escolar, da análise dos instrumentos legislativos e Políticas Públicas que amparam grupos sociais diversos, dentre muitos outros aspectos em que subjazem essencialmente o reconhecimento e valorização da diversidade social, da identidade discente, das subjetividades e particularidades educacionais de cada alunx, enfim, da real valorização e respeito à diversidade.

Nesse sentido, parece-me inconcebível que em um projeto de intervenção pedagógica no âmbito da Educação Inclusiva fosse abordada exclusivamente a questão da deficiência. No meu entendimento, isto é contraproducente pois leva à um reducionismo da perspectiva da Educação Inclusiva e toda a mudança de paradigmas que ela enseja, podendo levar à frequente confusão desta com “Educação Especial”, dando margem à concepções errôneas, tais como noções de que alunxs com superdotação e altas habilidades não carecem de Inclusão Escolar, de que alunxs sem laudo não tem direito à ela, de que basta uma sala de recursos para que a escola seja taxada de “inclusiva”, de que a adaptação e inovação pedagógica são relativas apenas à deficiências percebidas como “graves” e não relativas à quaisquer necessidades educativas que x discente manifeste, de que “incluir” se resume a matricular alunxs com deficiências nas classes regulares, de que outros marcadores sociais não devem ser alvo de uma conduta inclusiva; dentre outros grandes equívocos que diariamente observo no âmbito escolar.

Deimling e Moscardini (2012), em um imprescindível artigo que analisa justamente as contradições do “movimento inclusivo”, evidenciam no trecho a seguir, a perspectiva com a qual corroboramos, que enfatiza a Inclusão enquanto uma práxis que deva englobar todxs xs discentes, sejam elxs com ou sem deficiência

Assim, embora entendamos que o direito de todos a educação seja uma meta a ser perseguida, concordamos com Souza e Góes (1999) quando afirmam que a análise do processo inclusivo deve ser cautelosa, pois, embora a ideia de escola para todos pareça ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os historicamente excluídos, ela (instituição escolar) mantém as mesmas e precárias condições

oferecidas aos que já estavam aparentemente incluídos. Como observa Caiado (2008) permanecer e aprender na escola não é um desafio apenas dos alunos considerados como pertencentes à educação especial, à medida que o sistema de ensino brasileiro carece de qualidade necessária para que todos os estudantes por ele abrangidos, com ou sem deficiência, possam ter afiançadas as condições necessárias para que se desenvolvam. (DEIMLING; MOSCARDINI, 2012, p. 12).

Portanto, como demonstrado, intencionei com o presente projeto de intervenção, apresentar a concepção de Educação Inclusiva, em seu viés essencial, abrangendo as mudanças de paradigma que ela evoca, a necessária ressignificação das práticas pedagógicas, do olhar para a diferença e para a diversidade social. Amparada por Goldenberg (2004, p. 68) e sua inestimável contribuição no sentido de enfatizar a importância de buscar “um tema de pesquisa que verdadeiramente o interesse”, pude desta forma, estruturar este projeto de intervenção, de modo a evidentemente abordar a questão da deficiência, sem todavia me ater estritamente a ela, visando partilhar com a comunidade escolar justamente as reflexões pedagógicas e inovações que esta perspectiva proporciona, as quais tive acesso ao longo do curso, buscando evidenciar a abrangência do conceito de Educação Inclusiva, as possibilidades que este viés abarca e as inúmeras contribuições que este pode agregar à democratização do ensino, à busca por um ensino humanizado, visando ainda desconstruir concepções equivocadas quanto ao tema, que como supracitado, ainda perduram no imaginário de muitas pessoas ligadas à Educação.

O presente projeto de intervenção surgiu, como demonstrado, da tentativa de partilhar com a comunidade escolar, de maneira acessível, lúdica e dinâmica, parte do vasto conhecimento agregado com a especialização, visando abordar o tema da Educação Inclusiva sob uma perspectiva ampla, que abarque a mudança de paradigma educacional e ressignificação da práxis escolar que ele envolve, promovendo reflexões acerca da abordagem não só da deficiência, mas da diversidade em geral.

Dentre outros fatores, a abordagem dialógica e acessível da temática da Educação Inclusiva, justifica-se em virtude de que ao longo de nossas reflexões durante o curso, constatou-se que ainda há grande desconhecimento e/ou despreparo em relação à efetivação da proposta de Educação Inclusiva mesmo no que tange estritamente às pessoas com deficiência, observando-se por vezes, a sensação de impotência por parte de professorxs, bem como de toda a comunidade escolar, tal qual constata Beyer:

[...] não são apenas as/os professoras/es que se percebem, de certa forma, impotentes. Também a escola como um todo (equipe pedagógica, recursos materiais, funcionários/as de apoio, etc) vê-se como tal. Um dos questionamentos que se escuta com frequência é o seguinte: se já é difícil atender a heterogeneidade do alunado

"tradicional", com tantos casos de alunos em condições precárias de aprendizagem, ameaçados, potencialmente, de fracasso e exclusão escolar, como a escola poderá dar conta da demanda extra do atendimento dos alunos com deficiência? Tal interrogação é um sinal evidente do despreparo das escolas para converterem o projeto da educação inclusiva em um ato operacionalizável. (BEYER, 2003, p. 1).

Vale salientar que o autor analisa até mesmo a perspectiva das famílias quanto ao contexto da Inclusão, demonstrando como também neste âmbito existem, ainda hoje, muitos sentimentos e inseguranças frente à relação com pessoas com deficiência no ambiente escolar, destacando o preconceito por vezes direcionado à estas, como podemos observar na seguinte passagem

Além do mais, as próprias famílias e os próprios alunos, sejam os ditos normais ou com necessidades especiais, muitas vezes são tomados de surpresa diante da proposta. Talvez muito mais as famílias dos alunos ditos normais demonstram atitudes que oscilam entre desconhecimento da proposta e até rejeição a ela. Intimamente, existem sentimentos nas famílias de medo ou ansiedade diante do que a convivência com alunos com deficiência pode significar para a formação de seus filhos. (BEYER, 2003, p. 2).

Deste modo, podemos perceber como apesar dos avanços, a temática da Educação Inclusiva, ainda gera confusão e inseguranças entre os diversos atores sociais envolvidos neste processo, o que reforça a importância de sua abordagem nas escolas, bem como, vale salientar, do investimento adequado em formações iniciais e continuadas, posto que infelizmente como constata Pletsch (2009, p. 145) , amparada nas Diretrizes para Formação de professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior divulgado pelo MEC, há um distanciamento “entre os cursos de formação e o exercício da profissão de professores no ensino fundamental e médio. Ambos os aspectos reforçam o fato de que a formação vem se dando sem uma maior articulação entre teoria e prática (MEC, 2000, p. 21-24).”.

No que tange a importância de se debater a temática da Educação Inclusiva e sua contribuição no combate ao desconhecimento e permanência de equívocos, observamos por exemplo, considerando-se agora especificamente alunxs com superdotação e altas habilidades, que enquanto em certa medida muitas pessoas ligadas à Educação, desconhecem até mesmo que este grupo também esteja previsto nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; autoras como Alencar nos alertam também sobre como ainda persistem muitos mitos relativos à esta parcela da população, evidenciando como

No Brasil, superdotação é ainda vista como um fenômeno raro e prova disso é o espanto e curiosidade diante de uma criança ou adolescente que tenha sido diagnosticado como superdotado. Observa-se que muitas são as ideias errôneas a seu respeito presentes no pensamento popular. Ignorância, preconceito e tradição

mantêm viva uma série de ideias que interferem e dificultam uma educação que promova um melhor desenvolvimento do aluno com altas habilidades. (ALENCAR, 2007, p. 15).

Dentre alguns mitos ainda hoje costumeiramente associados à pessoas com altas habilidades e superdotação, a autora destaca as crenças equivocadas de que estas apresentam necessariamente excelente rendimento acadêmico, que possuem maior predisposição à problemas sociais e emocionais, que são autossuficientes no que se refere ao desenvolvimento do próprio potencial, que programas especiais destinados à elas estimulam sua arrogância e vaidade, que a aceleração traz mais malefícios do que benefícios, ou ainda a permanência do estereótipo da pessoa superdotada como sendo um indivíduo franzino, do sexo masculino e com o interesse restrito à leitura, dentre outros equívocos.

Como objetivamos demonstrar, ao atentar para o frequente desconhecimento, despreparo, insegurança e/ou concepções equivocadas acerca da Educação Inclusiva, fica nítido como urge que se viabilize o debate com a comunidade escolar acerca do tema; de modo que este projeto de intervenção consiste por sua vez, em uma tentativa de abordar a questão de maneira dinâmica, visando contribuir na desconstrução de visões errôneas acerca da Educação Inclusiva e suas potencialidades, fomentando reflexões mais aprofundadas acerca da diversidade social que viabilizem a ressignificação do olhar sobre “o outro”, sobre a diferença, sobre a deficiência, bem como sobre a forma tradicionalmente excludente como fomos condicionadxs a perceber diversos outros marcadores sociais.

Somado a isso, frente à supracitada escassez de pesquisas que abordam a Inclusão Escolar sob o viés da interseccionalidade, esta foi a perspectiva adotada, a fim de que possamos estimular a análise das sobreposições de marcadores sociais sobre a inclusão/exclusão escolar em detrimento de uma só categoria social, como usualmente nos deparamos. Acreditamos que deste modo, podemos contribuir para o incentivo de uma práxis pedagógica libertária, emancipatória e humanista, voltada para o respeito, equidade, para o estímulo e pleno desenvolvimento das potencialidades de cada discente, portanto com ênfase especial em sua emancipação e autonomia, posto que

Hoje, já percebemos que a inclusão pressupõe que alguém a ser incluído necessita ter suas singularidades respeitadas, trabalhadas, desenvolvidas e integradas às do grupo que o receberá. O grupo deverá ser trabalhado, desenvolvido e integrado às peculiaridades do indivíduo, para acolhê-lo de forma adequada e construtiva. Então, inclusão pressupõe aprendizagem de todos, isto é, acomodação, assimilação e, portanto, adaptação de quem entra e de quem recebe. A tão esperada autonomia decorrente da inclusão e da educação não pode mais ser construída com base na adequação a um padrão. Todos sabemos que se adequar a um padrão sem significado para a pessoa não constrói a sua autonomia. Hoje, construir alguém com

autonomia pressupõe desenvolvimento de habilidades e competências, da percepção de si mesmo, de suas possibilidades, de seus desejos e, especialmente, das potencialidades existentes. (FABRÍCIO; SOUZA; GOMES, p. 118, 2007).

Vale salientar que embora a intervenção pedagógica aqui descrita, frente aos prazos acadêmicos e possibilidades de realização em tempo hábil para a finalização deste artigo, tenha se limitado à uma intervenção em sala de aula com uma turma de 5º Ano do Ensino Fundamental, destacamos que nosso intento original – o qual ainda esperamos realizar em um momento mais oportuno – engloba um projeto, possivelmente nos moldes de uma Proposta de Formação Continuada e/ou cartilha, material pedagógico, que englobe toda a comunidade escolar, ou seja, que abarque todos os atores sociais que tal qual observado ao longo do curso, são essenciais para a efetivação da Inclusão Escolar.

Nesse sentido, além de uma ação direcionada as/aos discentes como realizamos no momento, consideramos imprescindível que diversificadas e frequentes intervenções ocorram com a Gestão Escolar, em especial com debates sobre sua democratização, com professorxs, tendo em vista a carência supracitada que muitos profissionais tem no acesso à temática da Educação Inclusiva ao longo da graduação, com equipe pedagógica e demais funcionárixs, com xs familiarxs e comunidade do entorno da escola; pois como observado, a Inclusão é uma responsabilidade coletiva, que exige a conscientização e engajamento na superação de barreiras atitudinais por parte de todos os atores sociais envolvidos neste processo.

Por fim, acreditamos que, em especial em um país aonde a Educação sempre fora tratada por muitos governantes com descaso e se encontra no contexto atual, imersa em inimagináveis retrocessos, sob a ameaça de outros e a mercê de desmandos políticos que visam sucateá-la ainda mais; ser fundamental que se debata a questão da Educação Inclusiva junto à comunidade escolar, para que possamos implementar mudanças significativas que naturalizem a visão da diversidade como algo positivo e inerente ao ser humano, que promovam a valorização de minorias políticas historicamente marginalizadas, o respeito, a equidade e a justiça social, elementos sem os quais é impossível que se efetive, na práxis, a Inclusão.

3 OBJETIVOS

3.1 – Objetivo geral:

- Promover, sob uma abordagem de viés interseccional, a conscientização da comunidade escolar quanto a noção de Educação Inclusiva, para além de estritamente associada à questão da deficiência, percebida portanto como uma perspectiva de valorização da diversidade social como um todo, de humanização e democratização do ensino, promovendo o pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos, independente de seus marcadores sociais.

3.2 – Objetivos específicos:

- Conhecer as concepções, perspectivas e expectativas dxs discentes acerca das noções de “diversidade” e “inclusão” e promover oportunidades de verbalização e reflexão discente.
- Apresentar e promover reflexões acerca do conceito de Educação Inclusiva analisando avanços e desafios envoltos em sua implementação.
- Contribuir para a desconstrução de visões retrógradas, tradicionalistas e limitantes por vezes presentes no imaginário social quanto a noção de Educação Inclusiva, bem como para a superação de estereótipos e estigmas sociais perpetuados socialmente no contexto intra e extraescolar acerca de pessoas com deficiência e demais grupos socialmente marginalizados no intuito de promover mudanças atitudinais na práxis escolar e cotidiana.
- Promover a ressignificação do olhar sobre a diversidade social, em prol de sua valorização. Promover um ensino humanizado, democrático, interdisciplinar, inclusivo.
- Demonstrar a importância e contribuições de uma abordagem de viés interseccional acerca da Inclusão Escolar.
- Apresentar mudanças e quebras de paradigmas que se sucederam até que se alcançasse a perspectiva contemporânea acerca da Educação Inclusiva, com especial ênfase na trajetória das pessoas com deficiência e outros grupos sociais que historicamente lutam por igualdade de direitos e justiça social.
- Abordar a temática de forma dinâmica e lúdica, promovendo o interesse discente.

4 METODOLOGIA

A intervenção consolidou-se após vasta pesquisa bibliográfica sobre a literatura pertinente, bem como mediante a observação não-participante e avaliação diagnóstica do perfil da turma na qual seria realizada, para o levantamento de aspectos relativos à inclusão que careciam de maior ênfase naquele contexto educacional específico.

A intervenção à qual nos propomos com este projeto, trata-se do debate de forma dinâmica – utilizando-se para tal também formas de aprendizagem não-convencionais, como desenhos, análise de músicas, declamação de poesias e contação de história – em uma aula temática (a qual preferimos a nomenclatura de “roda de conversa”, dado ao caráter dialógico e lúdico que almejamos no processo) em que ao longo de todo um dia letivo, que no caso compreende o período de 07:00 às 11:00, em uma turma do 5º Ano do Ensino Fundamental, de uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora, foi abordada a temática da Educação Inclusiva, com especial ênfase em sua abordagem sob o prisma interseccional. A intervenção ocorreu em 17 de Abril de 2019.

A escolha da intervenção nos moldes de uma aula, deve-se as possibilidades de realização do projeto frente a fatores como o cronograma do curso, mudanças do contexto profissional do ano passado para o atual, calendário escolar, disponibilidade e interesse da escola, prazos e etc. Como destacado anteriormente, a intervenção à que se refere este TCC, trata-se de um dia de intervenção, em que as professoras (duas, pois na Rede Municipal há bidocência/docência compartilhada) gentilmente cederam um dia letivo para a realização da intervenção com a turma do 5º Ano do Ensino Fundamental, de modo que ao longo de todo o turno pude desenvolver a temática com xs alunxs.

Entretanto, espero futuramente poder expandir o projeto, talvez até mesmo, como supracitado, para uma proposta de “Formação Continuada” a ser aplicado integralmente na comunidade escolar – que envolve alunxs, família, equipe pedagógica, equipe gestora, demais funcionárixs e comunidade do entorno da escola – em que de acordo com meu intento original, seriam realizados diversos momentos de troca, de aprendizagem junto aos diferentes grupos que integram-na, a serem definidos e adaptados à realidade, possibilidades e limitações de cada contexto escolar no qual ele venha a ser implementado, tendo em mente as diferentes especificidades de cada escola.

Este processo envolveria além das ações descritas no capítulo a seguir, também outras como sarais poéticos, oficinas, Slam (competição de poesia falada), varais poéticos, músicas, vídeos, visitas guiadas às associações de pessoas com deficiência da cidade, reuniões e/ou rodas de conversa com representantes de coletivos locais (que estejam envolvidos com a emancipação e empoderamento de grupos sociais historicamente marginalizados), partilhas de vivência, exposições, Graffiti temático, entre muitas outras ações que tenho idealizado, dentre as quais cito ainda, o desejo de realizar e/ou viabilizar que os Slams que ocorrem na cidade sejam bilíngues, no caso em Português e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) – tal qual ocorre por exemplo no Slam do Corpo, realizado em São Paulo – para que a Comunidade Surda possa tanto assistir, quanto participar e engrandecer os Slams, tendo em vista que Poesia Surda é uma das formas mais magníficas que já tive o privilégio de presenciar, mas cuja existência é ainda hoje, infelizmente, desconhecida por muita pessoas.

5 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Tendo em vista que a “Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares”, a qual relaciona-se o presente artigo de conclusão de curso, demanda a descrição de uma intervenção realizada no âmbito escolar, bem como tendo em vista a problemática geral e o tempo exíguo, frente a prazos, demandas das escolas etc. que dificultaram o desenvolvimento do projeto tal qual idealizei ano passado, optei por realizar uma intervenção em sala de aula, um dia letivo de formação, de reflexão, em que implementei o que prefiro não chamar de “aula expositiva”, mas de “roda de conversa” – dada ao dinamismo, enfoque no protagonismo discente e relação dialógica implementados na ocasião – com uma turma do 5º Ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino do município de Juiz de Fora, Minas Gerais.

A título de contextualização, sou cientista social e leciono Sociologia na Rede Pública de Ensino, que no caso oferta tal disciplina apenas às turmas de Ensino Médio e EJA (Ensino de Jovens e Adultos), de modo que sempre lecionei exclusivamente para jovens e adultos. Porém, como na ocasião da realização da intervenção, estava em vias de conclusão de, além desta especialização e de outra pela UFJF, também da minha segunda graduação em Pedagogia, de modo que estava realizando o estágio em uma escola da Rede Municipal, optei

por realizar a intervenção em uma das turmas que estava acompanhando, uma turma de 5º Ano, regida em esquema de docência compartilhada por duas professoras.

Ao longo do meu levantamento, observei, dentre outros aspectos que se relacionam com a temática, que algumas/uns alunxs já haviam tido contato com LIBRAS, bem como que há na sala um aluno com deficiências múltiplas, que há predominância de alunxs de baixa renda (embora coexistam alunxs que aparentem ter um poder aquisitivo notadamente mais elevado), que há uma rica diversidade étnica na sala, com predominância de alunxs negrxs, que há alunxs com déficit intelectual, duas alunas analfabetas, bem como um aluno com um potencial de superdotação em Artes, em especial no desenho. Também pude observar ao longo da vivência com elxs, que embora sejam extremamente carinhosxs e atenciosxs com o aluno com deficiências múltiplas, no que tange outras deficiências, ou outros marcadores sociais, o respeito não é tão nítido, como por exemplo a recorrência de bullying contra alunxs que utilizam óculos, chamadxs de “quatro olhos” e outros termos pejorativos.

Levando em consideração todo este contexto, estruturei o projeto a fim de contemplar diversos aspectos que se destacaram em minhas observações, sem todavia tornar-se algo enfadonho as/aos discentes. As professoras cederam todo o dia letivo, de modo que a intervenção se deu no dia 17 de Abril de 2019, das 07h às 10h40min. Originalmente a aula vai até as 11h, entretanto na ocasião ocorreu o sorteio de uma cesta de páscoa organizado pela escola, que foi realizado nos minutos finais do dia letivo.

Como objetivei salientar ao longo de toda a descrição do projeto, à mim não faz sentido que em um artigo de conclusão de curso no âmbito da Educação Inclusiva, o tema atenha-se exclusivamente à questão da deficiência, o que em especial somado ao fato que este projeto visa, frente ao supracitado vasto desconhecimento sobre o tema, ser uma introdução à temática, focando na superação deste problema, no correto esclarecimento do conceito e desconstrução de interpretações errôneas sobre o mesmo; iniciei a roda de conversa com uma breve avaliação diagnóstica para saber o que afinal os alunxs entendiam sobre o tema “Inclusão”, sobre os conceitos de Educação Inclusiva e sobre diversidade em geral, bem como sobre “povos indígenas”, uma das temáticas previstas em lei a serem abordadas na escola, o que raramente ocorre efetivamente.

Gostaria de salientar que sou completamente contrária a abordagem de temáticas de minorias sociais apenas em datas comemorativas/oficiais – conduzo a abordagem de modo transversal ao currículo ao longo de todo o ano letivo – pois passa a impressão de que sua

valorização se restringe à algumas datas e não à uma frente de ação coletiva que deve ser constante. Porém dialogando com as professoras sobre o que almejava para a intervenção e tendo em vista tratar-se de uma oportunidade única, me prontifiquei a abordar também a temática indígena (o que faria de qualquer maneira, tal qual abordei os marcadores de gênero, classe e etnia) frente a proximidade do “Dia do índio”, que vale salientar, é um equívoco na própria nomenclatura, tendo em vista que o termo “índio” foi atribuído pelos colonizadores, enquanto o que existe na verdade é uma vasta diversidade de “povos indígenas”, tal qual abordei com xs alunxs. Equívoco de nomenclatura semelhante ao uso igualmente observado ainda hoje, do termo “surdo-mudo” para se referir as pessoas com deficiência auditiva, as quais como observado, devemos nos referir apenas como “surdos”, ou ainda ao uso da expressão “retardado/a” para se referir a pessoas com deficiências intelectuais e/ou transtornos mentais, todas expressões retrógradas e preconceituosas que já deviam ter caído totalmente em desuso.

Como indiquei, logo no início realizei uma avaliação diagnóstica, uma dinâmica de reconhecimento acerca do conhecimento prévio dxs alunxs sobre a temática Inclusão, diversidade e questão indígena. Distribui papéis em branco para que elxs escrevessem (ou desenhassem, no caso das alunas analfabetas) o que entendiam sobre tais conceitos. Ciente de que muitxs alunxs ficam constrangidxs quando tem suas respostas lidas perante a turma, pedi que assinassem, porém assegurei-lhes que preservaria o anonimato ao ler as respostas no momento seguinte. Em minha concepção (provavelmente condicionada por uma perspectiva cuja zona de conforto docente reside no Ensino Médio, tendo em vista nunca ter lecionado no Ensino Fundamental) considerei que este momento inicial em que elxs escreveram suas concepções no papel, durou mais do que o esperado.

Pareciam insegurxs, preocupadx com “a resposta certa” e ainda outrxs alunxs que alegavam não saber “nada”. Quando falei sobre o anonimato das respostas, de que não havia resposta certa ou errada e que tinha certeza de que elxs sabiam mais do que imaginavam o processo evoluiu um pouco, mas mesmo assim fiquei muito preocupada com a demora com que este primeiro momento se desenvolveu, tendo em vista todas as outras atividades que havia programado para o dia.

Quando todxs acabaram de escrever, recolhi as respostas e obtive, dentre as mais icônicas que promoveram maiores reflexões à partir de suas análises coletivas, por exemplo a respeito da Inclusão: “inclusão é aquilo que você inclui onde você adiciona mais alunos da

(sic) escola”; “inclusão é problema de (sic) escola” e “inclusão escolar e quando te incluem ou não te incluem em uma brincadeira em uma festa ou no passeio”. Sobre diversidade: “diversidade é uma coisa boa”, “diversidade eu acho que tipo (sic) um racismo ‘ninguém e igual ao outro a cor da pele cabelo e etc.’” e “diversidade e uma coisa muito normal”, bem como outras respostas sobre povos indígenas, que recaiam majoritariamente sobre estereótipos socialmente convencionados relativos à eles. Ao contrário do esperado, não houve sequer uma resposta mencionando que eram os habitantes originais do país (embora quando lhes perguntei quem eram, todos responderam “índios” em uníssono) mas felicitei-me ao encontrar respostas mencionando que eram “sobreviventes”, denotando uma reflexão um pouco mais aprofundada.

No primeiro momento, li todas as respostas, fazendo apontamentos sobre suas reflexões, interpelando-os sobre a exatidão das mesmas e evidenciando como ao se expressarem, verbalmente, demonstravam ainda mais conhecimento sobre o tema – ficavam visivelmente mais confortáveis falando que escrevendo – pois os fiz perguntas como “Esta escola é inclusiva?”, “Tem pessoas com deficiência aqui na escola?”, “Todo mundo é igual?”, “Tem diversidade na escola?” dentre outras, produzindo reflexões sobre as mudanças na própria instituição escolar que permitiram, dentre outros avanços, que pessoas de diferentes classes, gêneros, etnias, origens sociais, com ou sem deficiência estudassem juntas e gratuitamente – como é o caso da Rede Municipal – em um mesmo ambiente educacional.

Apresentei brevemente alguns instrumentos legislativos e avanços que visam assegurar direitos à diversos grupos sociais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial etc. Refleti sobre a diversidade social, bem como avancei a reflexão sobre o contexto de uma “Escola Inclusiva” perguntando tanto sobre as adaptações arquitetônicas – obviamente sem usar esta nomenclatura, pois o objetivo era ser compreendida, não apresentar termos acadêmicos à alunxs com cerca de quatorze, quinze anos de idade – e barreiras atitudinais, perguntando por exemplo: “Antigamente todas as pessoas podiam estudar?”, ao que muitxs responderam corretamente que mulheres e negros não podiam.

Perguntei então especificamente sobre pessoas com deficiência, se elas sempre puderam estudar no Ensino Regular, ao que alguns responderam que não, mas outros manifestaram dúvidas, bem como mostrei que na sala de aula havia uma cadeira mais alta que o usual, reservada ao aluno com deficiências múltiplas (que como utiliza cadeira de rodas

possui uma carteira adaptada) que ali estuda mas não estava presente no dia da intervenção e perguntei se aquilo era necessário, se só a cadeira era suficiente pra “incluir” alunxs como ele, ou se fazia diferença o fato de elxs interagirem com o aluno, dentre outras reflexões.

Todxs responderam que a atitude faz diferença porque “Tem pessoas com preconceito”, então debati com elxs sobre a importância de reconhecer, conviver e respeitar a diversidade, destacando que nem sempre fora daquele modo, bem como que em escolas em que a convivência com a diversidade não é uma realidade tão latente como nesta em questão, que a postura dxs demais em relação às pessoas com deficiência não é tão inclusiva, já tendo testemunhado diversos casos de capacitismo, conversando brevemente ainda sobre diversas conquistas sociais do movimento de pessoas com deficiência. Discuti sobre outras adaptações arquitetônicas que existem na escola como rampas de acessibilidade, corrimões, luz de aviso para surdxs, sala de recursos etc. enfatizando a importância também de mudanças atitudinais, do respeito com à diversidade, o combate ao *bullying* de qualquer ordem, do ensino de LIBRAS, dentre outras considerações.

Neste momento, abordei a questão da Cultura Surda, lembrando o Alfabeto Manual e alguns sinais, posto que muitxs delxs já haviam tido contato com a LIBRAS. Apresentei-lhes meu sinal² conheci o de algumas/uns, conversei sobre a Cultura Surda, Identidades Surdas, Pedagogia Visual, Surdocegueira, Arte Surda, Poesia e Teatros Surdos, dentre outros temas. Falei também de maneira breve sobre outras deficiências como a Cegueira, a Deficiência Intelectual, bem como sobre Superdotação e Altas Habilidades. Refleti sobre como Inclusão não diz respeito apenas à pessoas com deficiência, mas à diversidade de modo geral, à uma mudança de postura em que o indivíduo passa a perceber a diversidade como qualidade e não como defeito, como por vezes somos manipuladxs a pensar.

Após esta reflexão inicial, compilei nosso diálogo retomando as ideias centrais, levando-xs a refletir sobre como uma Escola Inclusiva é aquela em que mais do que existir, valoriza-se e respeita-se a diversidade social, refletindo sobre como a empatia e o conhecimento acerca da diversidade inerente aos indivíduos contribui também para o crescimento pessoal, usando como exemplo alunxs negrxs que estavam com os cabelos naturais ou em outros estilos afrocentrados (tranças, *black power*, dentre outros), evidenciando como o conhecimento sobre as origens étnicas do nosso país e a nossa própria

² Tendo em vista que estudo LIBRAS há alguns anos, já tive o privilégio de ser “batizada”, isto é, recebi por parte de uma pessoa surda, um sinal que se refere exclusivamente à mim, que me identifica pessoalmente, para além do nome próprio. O sinal pessoal remete à alguma característica ou aspecto marcante do indivíduo.

ancestralidade influenciam nossa existência, autoimagem, amor próprio, emancipação, autonomia e postura crítica em relação ao mundo.

Debati então sobre a questão negra, os marcos civilizatórios próprios dos povos africanos, os índices alarmantes de racismo que infelizmente ainda hoje presenciamos no Brasil, apresentei-lhes a boneca *Abayomi*³, bem como refleti de maneira bem introdutória e adaptada à faixa etária, sobre temas como afro-empendedorismo, estereótipos étnico-raciais, racismo estrutural, genocídio do povo negro, invisibilização, intolerância e racismo religioso dentre outros. Declamei um trecho da música “Demais para o seu quintal”, da dupla feminina de RAP paulista “RAP Plus Size”, que apresenta de maneira dinâmica diversas ideias abordadas na reflexão em sala, sob uma abordagem interseccional entre gênero e etnia, abordando em especial a vivência de mulheres negras. Analisei também um trecho da música “Mulheres Negras”(composta por Carlos Eduardo Taddeo), interpretada pela rapper Yzalú que é uma mulher negra com deficiência e debati sobre a sub-representatividade midiática de pessoas com deficiência, mulheres, negras etc.

Por fim, aprofundi na questão indígena, retomando o conhecimento dxs alunxs sobre o tema, desfazendo alguns equívocos e estereótipos, apresentei o apito “som de passarinho” da tribo Funiô, a tecelagem, patrimônio tombado do povo Huni Kuin, do Acre, dentre outros artefatos utilizados por outras tribos; conduzindo reflexões sobre a diversidade e contribuição dos povos indígenas para a nação brasileira, sobre o saber ancestral, sobre o valor simbólico e sentimental atribuído por eles ao território, sobre sustentabilidade e sobre o genocídio contra povos indígenas. A todo momento respondia questões apresentadas pelxs alunxs (como por exemplo do porquê da diferença entre a autodenominação indígena e o nome dado pelo colonizador, como o caso do povo que se autodenomina Huni Kuin e por vezes é erroneamente referido como Kaxinawá), dentre outras dúvidas.

Interessante destacar como o empoderamento advindo com a representatividade é palpável, seja no sorriso silencioso de alunxs cujos olhos brilham ao ouvir que não existe “cabelo ruim”, que o cabelo crespo é maravilhoso, ou na verbalização que se impõe ao silêncio inicial: se anteriormente muitxs disseram que não sabiam nada, ao final todxs traziam reflexões sobre Inclusão, muitas experiências de exclusão, bem como passavam a relatar que tinham e/ou iam procurar saber melhor com suas famílias se tinham antepassadxs indígenas.

³ Boneca feita de tecido, reconhecida como símbolo de resistência africana, com forte potencial pedagógico para se promover reflexões sobre representatividade, empoderamento e identidade negra.

Culminei a aula com a leitura do livro “Yaguarãboia - A mulher onça”, da autoria de Yaguarê Yamã, que apresenta uma lenda do povo Maraguá.

Como conclusão, perguntei aos alunxs o que acharam sobre a “roda de conversa”, obtive diversos retornos interessantes, perguntei sobre sua compreensão acerca dos conceitos centrais e me surpreendi positivamente com o resultado. Como leciono, até então, apenas para alunxs de turmas do Ensino Médio e EJAs, considerei a experiência muito enriquecedora, pois em minha concepção a convivência com crianças é essencialmente muito mais “aprendizado” do que “ensinamento” de minha parte, pois sempre há muito o que se aprender com xs pequenxs, que sem intenção sempre nos conduzem a reflexões profundas, auto-críticas e ressignificações várias. Foi profundamente significativo conhecer suas perspectivas, uma certa naturalização, tal qual idealizamos, para com a convivência com certos segmentos sociais e o profundo interesse que temáticas parcamente abordadas em sala exerce sobre elxs. Espero no futuro, na ocasião de implementar o projeto em sua totalidade, poder abarcar também outras turmas e diversas faixas etárias e a comunidade escolar na íntegra, buscando em cada contexto, tornar parte do inestimável conhecimento ao qual tive o privilégio de receber nesta especialização, acessível à todos os grupos com os quais venha a trabalhar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, enfatizo o quão enriquecedora constitui-se a oportunidade da intervenção, pois para quem só está acostumada a lecionar no Ensino Médio e EJA, trabalhar com Ensino Fundamental é sem dúvidas profundamente estimulante, lúdico, bem como pode ser um grande desafio. Digo “pode”, pois apesar das dificuldades inerentes em adaptar-se termos, conceitos, respeitar o tempo e lógicas infantis, tornar o conteúdo não só acessível como dinâmico e prazeroso (o que aliás tento fazer no Ensino Médio) dentre outras; observo também em contrapartida, que parece haver uma vantagem significativa que é um dos motivos que me levaram a buscar uma segunda graduação para ter oportunidade de lecionar, também as/aos pequenas/os: há menos o que se “desconstruir”.

Tal concepção decorre da observação de que vivemos em um sistema capacitista, machista, racista, enfim, opressor de diversas formas, que hierarquiza pessoas, corpos, identidades, que as mercantiliza e que tenta a todo momento tolher o que há de subjetivo,

único, diferente em cada um de nós, uniformizando, padronizando e excluindo aqueles que não se enquadram em certos padrões de um pretensão e relacional ideal de “normalidade”. Socializados neste contexto, é frequente que sejamos influenciados por perspectivas preconceituosas, pelo egoísmo, competitividade etc., pois somos manipulados a naturalizar as imposições, ideias e condutas que por vezes nos são expostas. A cada ano lido com um volume substancial de alunos cujo amor próprio e autoestima foram tolhidos, que foram privados do simples direito de se amar, que lidam com violências múltiplas, sejam simbólicas, verbais, sexuais, psicológicas etc. Tenho, a cada ano, diversos alunos que levam para o confronto físico qualquer desentendimento, alunos com problemas de dependência química, com tendências suicidas, dentre outras questões gravíssimas.

“Exigir” de alguém que foi ensinado até mesmo a se odiar, que respeite as diferenças e valorize a diversidade etc. é tarefa árdua. Desconstruir décadas de racismo estrutural, por exemplo, impregnado no imaginário social é tarefa extremamente árdua; bem como também o é, desfazer preconceitos socialmente arraigados há anos contra pessoas com deficiência, que ainda hoje as limitam, inferiorizam e excluem. Não que as crianças não enfrentem – assustadoramente – por vezes, alguns problemas semelhantes. Mas no que tange a incorporação de valores, embora crianças estejam sabidamente mais vulneráveis à manipulação, observa-se que muitos preconceitos ainda não foram completamente arraigados, muitas visões de mundo ainda não estão consolidadas e deste modo, parecem-me relativamente mais abertas ao novo, ao “diferente”.

Deste modo, percebo que trabalhar no sentido de ressignificar o olhar para a diferença quando este indivíduo ainda está nos primórdios de sua socialização, parece-me bem mais “fácil” do que desconstruir décadas de preconceito acumulado. Por exemplo, a forma como os meninos da turma em que realizei a intervenção lidam com o menino com deficiências múltiplas é inspiradora, é de fato natural – tal como deveria ser – este convívio.

Em contrapartida, a forma como algumas/uns de minhas/meus alunos e ex-alunos debocham de alunos com deficiência é lamentável. A priori, espera-se de jovens e adultos, uma maior maturidade, tolerância e empatia. Porém na prática, vejo que as crianças que não foram ensinadas a odiar, são as que mais nos ensinam a amar, a respeitar. Como refletimos ao longo do curso, só se aprende a conviver com a diferença, convivendo de fato, então acredito que quanto antes promovermos tal convivência, melhor. Vale salientar que evidentemente há de se assegurar as condições – que envolvem investimentos, recursos, salários dignos,

adaptações arquitetônicas, mudanças atitudinais, diálogo, formações de qualidade etc. – para tal, pois como destacam Vilaronga e Mendes (2014) ao defender o ensino colaborativo entre professorxs, há diversos empecilhos permeando a efetivação do discurso da Inclusão em algo prático, como por exemplo

no que tange à educação especial, com cursos que na maioria das vezes não correspondem à realidade das escolas e sem troca efetiva com os professores especialistas em educação especial (quando fazem parte do corpo de profissionais da escola), os professores recebem todos os anos alunos com as mais distintas deficiências. O discurso de obrigatoriedade da matrícula e o enfraquecimento da prática pedagógica desse professor que não encontra espaços efetivos de troca e de formação, faz com que a política real da inclusão se torne cada vez mais distante e mais utópica nas escolas públicas do País. (VILARONGA; MENDES, 2014, p. 141).

Em consonância com o exposto pelas autoras, destacamos também a contundente análise de Bueno (1999), que também destaca a importância, supracitada ao longo deste artigo, de uma formação de qualidade para professorxs, pois apesar de exaltar os avanços da perspectiva da Educação Inclusiva, analisando a transição do modelo de Integração para o de Inclusão, a transposição do modelo clínico-médico para o sócio-antropológico, que deslocou o foco da deficiência em prol da consideração das capacidades, potencialidades do indivíduo; o autor também tece pertinentes críticas à uma Inclusão mal planejada, sem os subsídios necessários, evidenciando como esta não se resume apenas à decretos, ou ao simples ingresso de alunxs com deficiência nas classes regulares, pois na verdade demanda um processo contínuo, gradativo, sistemático e planejado para garantir sua permanência, as condições de seu aprendizado, enfim, para assegurar uma Educação de qualidade, pois segundo o autor

A perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino, que não podem se ater somente às pretensas dificuldades das crianças com necessidades educativas especiais, mas que precisam se estender aos processos de exclusão da mais variada gama de crianças. (BUENO, 1999, p. 23).

Deste modo, concluímos este artigo enfatizando novamente, um dos principais pontos norteadores de nossa intervenção, a observação, tal qual evidenciado por Bueno (1999) e diversxs outrxs autorxs que analisamos ao longo deste artigo, nxs quais nos fundamentamos para planejá-la, de que pensar a inclusão na práxis escolar, para além do discurso, implica em repensar integralmente nossa conduta pedagógica, ressignificar nossas concepções e práticas, transformar o ambiente escolar de modo que este torne-se apto a contemplar as necessidades educacionais de cada discente, ou seja, que seja um ambiente democrático, no qual todo indivíduo possa ter seu potencial estimulado, ser acolhido e contemplado da melhor forma possível em sua aprendizagem e que possa, convivendo com as diferenças, tendo inclusive as próprias diferenças levadas em consideração e respeitadas, desenvolver uma postura de maior

valorização e respeito à diversidade social, esta que apesar de ser a maior força humana, é por vezes infelizmente ainda hoje, apresentada como se fosse fraqueza.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. M. L. S. de. Indivíduos com Altas Habilidades/Superdotação: Clarificando Conceitos, desfazendo ideias errôneas. In: FLEITH, D. de S. (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**: Volume 1: Orientação a professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
- BEYER, H. O. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Revista do Centro de Educação**. n. 22, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5003>>. Acesso em 12 ago. 2018.
- BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.3, 1999.
- DEIMLING, N. N. M.; MOSCARDINI, S. F. Inclusão Escolar: Política, marcos históricos, avanços e desafios. **Revista de Política e Gestão Educacional** (online), n.12, 2012. Araraquara, SP. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9325>>. Acesso em 10 nov. 2018.
- FABRÍCIO, Nívea M. de Carvalho.; SOUZA, V. C. B. de; GOMES, E. E. A. Perfil do professor inclusivo. **Rev. Psicopedagogia**, 24(74): 117-25, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v24n74/v24n74a03.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2018.
- FARIAS, A. Q. de. **Trajetórias educacionais de mulheres**: Uma leitura interseccional da deficiência. 2017. 138 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9920>> Acesso em 12 mar. 2019.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8a Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <www.ufff.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Gondenberg.pdf>. Acesso em 22 ago. 2018.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. Ed. Moderna. 1a Edição, 2003.
- PERPÉTUO, C. L. O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero; 26-28 abr. 2017, Maringá. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3159.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.
- PLETSCH, M. D. A formação de professores para a Educação Inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Revista Educar**, Curitiba, nº 33, p. 143-156, 2009.
- POTVIN, M. **A educação inclusiva e antidiscriminatória**: fundamentos e perspectivas. Visão Global, Joaçaba, v.15, n. 1-2, Jan/Dez, 2012. Disponível em:

<<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3420>>. Acesso em 12 mar. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812014000100008>>. Acesso em 20 mar. 2019.

12 ANEXOS

Anexo 1 – Termo de consentimento para desenvolvimento de projeto de intervenção

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS
ESCOLARES

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE
INTERVENÇÃO

À Direção da Escola _____

Prezada senhora _____,

Como aluna do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de abordar a temática da “Inclusão”, reconhecer o conhecimento prévio dos(as) discentes quanto a temática, aprofundar o debate promovendo reflexões críticas por parte destes(as) quanto à “Inclusão Social”, “Educação Inclusiva”, à importância do reconhecimento e valorização da diversidade social, em especial de grupos historicamente marginalizados, tais como pessoas com deficiência, negros, mulheres e indígenas, bem como contribuir no sentido de conscientizá-los(as) quanto à importância do combate ao *bullying*, preconceito e discriminação de qualquer ordem, como o capacitismo, racismo, machismo, dentre outras, que configuram-se em significativas barreiras atitudinais que por vezes se impõem à efetivação da inclusão escolar e social.

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado na turma _____, serão utilizados procedimentos tais como aula expositiva, roda de conversa, levantamento de noções prévias dos (as) discentes acerca da temática abordada, debates e contação de histórias.

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que esta desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre a questão da valorização da diversidade social, contribuindo assim, para a construção de práticas escolares mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Juiz de Fora, 15 de Março, de 2019.

Raquel Almeida Moreira